

correio de COIMBRA

SEMANÁRIO — COIMBRA, 16 DE DEZEMBRO DE 1971 — N.º 2.480 — ANO L — (AVENÇA)

DIRECTOR E EDITOR — URBANO DUARTE — CHEFE DA REDACÇÃO — AUGUSTO NUNES PEREIRA — PROPRIETARIE DA DIOCESE DE COIMBRA — REDACÇÃO — BAIRRO DE S. JOSÉ, 2 — COIMBRA — TELEF. 28884
ADMINISTRAÇÃO, COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO — GRÁFICA DE COIMBRA — TELEF. 22857

Mensagem de S. Santidade Paulo VI PARA A CELEBRAÇÃO DO «DIA DA PAZ»

1 DE JANEIRO DE 1972

*Homens de pensamento,
homens de acção,
homens todos que viveis no
ano de 1972:
acolhei, uma vez mais,
o Nosso convite para celebrar
o Dia da Paz!*

Nós retomamos a reflexão sobre a Paz, porque temos da mesma uma concepção-vértice: vértice de um bem essencial e fundamental da humanidade neste mundo, que o mesmo é dizer, vértice da civilização, do progresso, da ordem e da fraternidade.

Estamos convencido de que a ideia da Paz é, e deve ser, dominante, por sobre as vicissitudes humanas; e, além disso, de que ela se torne mais urgente, quando e onde ela fosse contraditada por ideias ou factos contrários. É uma ideia necessária, é uma ideia imperativa e é uma ideia inspiradora. Nela se polarizam as aspirações humanas, bem como os esforços e as esperanças. Ela encerra a razão de fim; e, enquanto tal, está na base e está no término da nossa actividade, tanto individual como colectiva.

Pensamos, pois, que é sobremaneira importante ter-se da Paz uma ideia exacta, despojando-a das pseudo-concepções que,

muito frequentemente, a revessem, deformando-a e desvirtuando-a. Diremos, em primeiro lugar, aos jovens: a Paz não é uma condição estagnante da vida, a qual nela viesse a encontrar, ao mesmo tempo, a sua perfeição e a morte. Não: a vida é movimento, é crescimento, é trabalho, é esforço, é conquista... E a Paz será também tudo isso? Sim: pela simples razão de que ela coincide com o supremo bem do homem, peregrino no tempo; e este nunca é uma coisa acabada de conquistar, mas está sempre em vias de nova e inexaurível posse. A Paz, portanto, é a ideia central e motriz do mais activo empenho.

Isto, no entanto, não quer dizer que a Paz coincida com a força. Isso queremos dizer aos homens responsáveis, de modo especial, porque sobre eles — a quem interessa e se impõe o dever de manter uma normalidade de relações entre os membros de um grupo determinado, como a família, a escola, a empresa, a comunidade, a classe social, a cidade, o Estado, etc. — impende uma tentação constante: a de imporem tal normalidade de relações, que assume o aspecto da Paz, mediante a força. E então, a ambiguidade da convivência humana torna-se o tormento e a corrupção dos espíritos dos homens; torna-se impostura vivida a atmosfera resultante, al-

guas vezes, de uma vitória sem glória, outras vezes, de um despotismo irracional, de uma repressão opressora, ou, ainda, de um equilíbrio de forças, em permanente contraste, na expectativa de uma explosão volente, que, depois, patenteia em ruínas de toda a espécie, como era falsa a Paz, imposta simplesmente mediante a superioridade da potência e da força.

A Paz não é uma insídia. A Paz não é uma mentira arvorada em regime. Menos ainda ela é uma tirania totalitária e impiedosa; jamais ela é violência, pois a violência, ao menos,

(Continua na pág. 6)

POR QUE ESPERAS, COIMBRA?...

Quando nas minhas estadias em Lisboa, tive ocasião de poder apreciar nesses anos em clima diverso, porque as gentes são diferentes, que essa urbe imensa parece uma cidade com muito de provincianismo, mais do que Coimbra. Com efeito, sendo esta cidade muito pequena, em comparação com Lisboa e Porto, é curioso verificar que quase pode dizer-se que não sabe o que é bairrismo. As grandes cidades, e mais ainda, as Capitais, em toda a parte do mundo, desconhecem o que é bairrismo. Já o mesmo não pode dizer-se do Porto, em que o bairrismo é bem característico. E que dizer de Braga ou Guimarães?

A nossa Capital acompanha em bairrismo essas outras cidades, com características mais diluídas na sua imensidade de grande urbe, mas que não se esconde a qualquer olhar mais atento.

Se pensarmos e dermos balanço ao que se tem passado nestas sete décadas do século vinte, veremos que Coimbra não tem acompanhado em persistência, sentido de querer, forte, premente e amparado, o que vemos noutras cidades, por vezes bem menos importantes, não falando naquelas cidades a que já nos referimos. Muitas vezes tenho apresentado para fazer valer o meu ponto de vista, o que aqui se passa quanto às Festas da Cidade, as da Rainha Santa. Passam os dois anos de intervalo e é sempre a mesma situação de

«FÁTIMA DESMASCARADA»

RÉU CONFESSO

Terceiras Alegações de João Ilharco
Comentários a estas novas Alegações

Pela terceira vez invoco o direito que a lei me confere para responder às acusações que o director do órgão diocesano, «Correio de Coimbra», tem dirigido ao livro «Fátima Desmascarada» e ao seu autor.

Os autores de obras escritas o que mais ambicionam é ver publicados os seus trabalhos, aos quais dedicaram o melhor da sua inteligência e uma boa parcela de amor.

Quando comecei a dar forma, em 1958, ao livro que, depois de várias vezes ser re-fundido, veio a ser publicado em 1971 com o nome de «Fátima Desmascarada», eu, que tinha lido algumas obras editadas pelo «Cercle Ernest Renan» (3, Rue Récamier — Paris VII), que se dedica às pesquisas da história do cristianismo, pus-me em comunicação com o Cercle, ao qual dei conta do livro que eu estava elaborando. De França, responderam-me que estavam interessados em conhecer o meu livro, mas que, como ele tinha uma certa extensão, fariam das partes mais importantes uma selecção, que publicariam.

Respondi que não aceitava a proposta, visto que preten-

(Continua na pág. 3)

«Pela terceira vez invoco o direito que a lei me confere para responder às acusações...»

Sempre pensei que este homem, depois de se lhe ter posto a careca ao léu com a publicação das suas cartas anónimas, se sumiria pela única porta por onde poderia ainda sair com uns restos de dignidade — a porta do silêncio!

Mas não! Cedendo aos complexos da sua estranha personalidade, cá o temos pela terceira vez a atascar-se ainda mais no tremedal de indignidades em que se deixou cair!

Sim, pela terceira vez se abre a porta do «Correio de Coimbra» para que o sr. João Ilharco se defenda das acusações aqui formuladas.

Mas concordemos que basta. Uma coisa é o direito à legítima defesa, outra, muito diferente, o pretenso direito de pôr ovos em ninho alheio. Justificar-se, muito bem: ninguém condene o réu sem o ouvir; confundir, porém, a própria defesa com o abuso de vir pregar nas colunas deste jornal uma série de falácias ofensivas à dignidade das pessoas (Lúcia, sacerdotes...) e à da no-

(Continua na pág. 3)

Registo de Som

A CIMEIRA DOS AÇORES

As atenções mundiais nos últimos dias voltaram-se para os Açores, onde ia realizar-se uma reunião cimeira de grande expectativa. Nixon e Pompidou, presidentes dos Estados Unidos e da França, respectivamente, iam conferenciar durante dois dias. Seriam recebidos, à chegada, pelo Prof. Marcello Caetano, chefe do Governo Português.

Todos os preparativos foram feitos, todas as dificuldades removidas, para que da parte portuguesa, quer central quer local, se correspondesse à escolha dos Açores para tão memorável encontro.

O Sr. Prof. Marcello Caetano foi particularmente feliz no seu discurso de boas-vindas, dizen-

do, num estilo elegante e sóbrio, o que havia a dizer numa saudação amiga.

Das conversações havidas entre os presidentes dos Estados Unidos e da França espera o mundo algum resultado positivo. Para já, anuncia-se uma melhoria na situação dos mercados monetários internacionais. Mas como outros pontos foram debatidos, certamente que também outras vantagens se devem vir a verificar. Assim o espera o mundo, farto como está de ver reuniões malogradas.

A TORRE DE ANTO

O Dr. João Couto, que foi sábio director do Museu de Arte Antiga, doou à Câmara Muni-

(Continua na pág. 2)

pelo
Eng. J. de Sousa Brandão

tejos populares e mais ainda em manifestações de carácter industrial e comercial, para não falar ainda do que é bem mais triste quando nos referimos a manifestações culturais, numa cidade que teima em se alcinhar de universitária. É muito pouco apenas a presença de uns tantos capelos e borlas, pois nos ficamos à espera de conferências, publicações, e porque não simpósios?

Já ouvi várias vezes o argumento de que não possui Coimbra um grande e condigno Pavilhão de festas, exposições, etc. De facto na insua a seguir ao Parque da Cidade, ficaria bem esse Pavilhão, por cujas construções desde há mais de 30 anos que pugno. As soluções do ar livre ou em exíguo barracão, melhor ou pior no seu disfarce, só se aceita como muito provisório e nunca como permanente, evi-

tando-se a frase que ouvi há anos a um forasteiro meu amigo: então este barracão ainda cá está?

Mas não é só nisto que Coimbra desconhece o bairrismo. Ainda eu andava na Universidade e já pedia e lembrava que Coimbra devia pugnar pela criação de uma Escola de Belas Artes. Seria o corolário natural e justo da admirável e prestigiosa Escola de Artes Livres e Desenho, em que o valor, o saber e o dinamismo de Mestre Gonçalves pontificou, durante anos, secundado por uns tantos colaboradores, todos já desaparecidos. Continuei sempre a lutar pela criação dessa Escola, integrada na Universidade, tendo-me acolhido às colunas deste jornal onde escrevi sobre o assunto, com resultados nulos, pois não encontrei o mais pequeno eco a secundar a minha voz!... É triste tanto desinteresse.

Ainda estudante, ainda em caloiro, e já eu e alguns colegas mais entusiastas, lutávamos pela criação de uma Faculdade de Engenharia, completa, e não de extensão restrita. Quem nos acompanhou no entusiasmo? Por acaso alguma das forças vivas, como é costume dizer-se, secundou o nosso apelo? Porém agora começam a surgir débeis entusiasmos não de iniciativa própria mas fruto do dinamismo e sentido esclarecido de um Ministro que lembrou a criação de uma Faculdade Técnica, nu-

(Continua na pág. 12)

FÁTIMA DESMASCARADA

TERCEIRAS ALEGAÇÕES DE JOÃO ILHARCO

(Continuado da 1.ª pág.)

dia editar a obra completa. Publicar o livro em Portugal? Impossível. Essa era a minha opinião, a dos meus familiares e a de um reduzido número de pessoas — nesse número entrava um grande escritor e um professor universitário — a quem dera a ler o original do livro. Todos, sem excepção, — é necessário deixar de parte a modéstia para esclarecimento duma situação — puseram em destaque as numerosíssimas provas indesmentíveis com que autenticava a verdade dos factos, ao mesmo tempo que se refeririam, pela forma mais encomiástica, à argúcia com que, recorrendo a elucidativos indícios, aclarava alguns pontos obscuros da Velha História de Fátima.

Um dos leitores do meu livro exprimiu-se nestes termos:

«São tão consistentes e tão inatacáveis as provas apresentadas e a reconstrução que faz de alguns episódios, que ao seu livro só falta um documento assinado pelos dirigentes de Fátima, declarando: «a verdade é essa».

Ri-me, porque achei graça ao dito, embora não passasse dum motejo.

Todavia foi ele que me deu uma sugestão: e se eu simulasse o desejo de vender o livro aos dirigentes de Fátima, para saber qual a atitude deles em relação a tal proposta?

Se revelassem interesse em comprar o livro, e eu conseguisse obter a prova de tal intenção, poderia, a partir desse momento, publicar a minha obra sem receio de represálias.

Eu e minha mulher sabíamos muito bem que, dentro do condicionalismo em que vivíamos na época, publicar um livro como aquele, que eu escrevera sobre Fátima, nos expunha a graves riscos.

Minha mulher, à custa de muito trabalho, conseguira ser proprietária e directora dum colégio, onde ambos trabalhávamos, e muitas vezes me disse — e com razões para o fazer — que, se o livro fosse publicado, o colégio seria imediatamente encerrado, além do mais que poderia acontecer.

Porque, sem eu ser consultado, incluíram o meu nome, por ocasião de propaganda eleitoral, no número dos propagandistas, cassaram-me o diploma que me habilitava a trabalhar no ensino particular. Então encontrava-me na situação de licença ilimitada.

De outra vez, no inverno, com o pretexto de que havia terra nas salas de aula, que eram varridas todos os dias, encerraram-nos o colégio.

Estava-se no fim das aulas, de véspera chovera, e ao

fim de três recreios os rapazes sempre levavam nos sapatos algumas partículas de terra.

Nessa altura eu e minha mulher vivíamos do colégio e trazíamos três filhos na Universidade.

Para trás deixo explicadas as razões porque o meu nome estava assinalado com três cruces negras.

Metido este parêntese, que é eloquentemente elucidativo, retomo o fio de conversa.

Não cometeria uma arriscada imprudência se editasse o meu trabalho? Havia quem me dissesse que sim, havia quem me dissesse que não. Eu lembrei-me do velho ditado: «Os conselhos alheios ouvirás, mas só o teu seguirás» — e resolvi simular um desejo de venda do meu livro. E, em 1967, enviei ao cônego Galamba de Oliveira alguns capítulos do livro e as cartas que o «Correio de Coimbra» publicou. Como era perigoso dar a conhecer a minha identidade, e como as cartas não continham calúnias, intrigas ou coisas que a essas se assemelhassem, não as assinei por motivo de segurança.

Pergunto: se eu temesse a publicação dessas cartas, incitaria o sr. cônego Urbano Duarte, por duas vezes, a que as tornasse públicas?

A minha segunda resposta foi entregue por mim, na redacção do «Correio de Coimbra», ao sr. Padre Valentim. Este sacerdote, depois de relancear os olhos pelo meu escrito, disse-me que o sr. cônego tinha em seu poder as fotocópias das minhas cartas. Eu respondi:

«Pois que as publique!»

O cônego Galamba de Oliveira não respondeu, e eu concluí que os dirigentes de Fátima estavam convencidos de que o temor me paralisaria e que de mim nada havia a recear.

Decorrem dois anos, muitas coisas se modificaram no mundo, e eu supus que podia, às claras, intitular-me o autor do livro que desmascarava as mistificações de Fátima.

Tal forma de pensar me levou a entrar em contacto com o sr. Padre José Varanda, sacerdote pelo qual, por diferentes vezes, mostrei consideração e simpatia.

Diz o sr. cônego Urbano Duarte que eu arvorei o sr. Padre Varanda em intermédio da venda do meu livro, o que não é exacto. Eu revelei ao sr. Padre Varanda o desejo que tinha de discutir o texto do meu livro com o cônego Galamba de Oliveira e pedi-lhe para que ele fizesse as diligências necessárias para que o nosso encontro se realizasse. A partir desse momento eu próprio me identificava como autor

(Continua na pág. 10)

COMENTÁRIOS A ESTAS NOVAS ALEGAÇÕES

(Continuado da 1.ª pág.)

breza da verdade objectiva — isso, não.

Nunca uma visita da casa se deve apoderar da casa, a não ser que nem dono haja. Não é esta, evidentemente, a situação do «Correio de Coimbra».

As minhas acusações foram resumidas por João Ilharco nas suas primeiras alegações (C. de C. 18-11-71): «acusando-me de incivilidade, de ser injurioso e de ser desprovido de pudor».

— Incivilidade é vocábulo meu, demasiado pacato, para encerrar todas as características difamantes que João Ilharco atribui a Lúcia — há uma lei que a todos nos governa a proibir tais abusos. O autor de «Fátima Desmascarada» não encontra na prova que eu aduzi, malha larga por onde se escape. Portanto, esta questão ficou arrumada. Não consinto que a ela volte.

— Demonstrei depois que foi injurioso atribuindo a alguns membros do clero a montagem do fenómeno-Fátima, sem nos fornecer um único argumento válido e estribando-se exclusivamente em «indícios» fantasistas nascidos do seu anticlericalismo. Também esta questão ficou arrumada.

— Quanto a ser desprovido de pudor por causa dos «800 contos, nem menos um centavo», — a triste história duma chantagem! — até sinto vergonha em tocar-lhe. Vender a Verdade, a autêntica e histórica Verdade que demorou vinte anos a descobrir, faz-nos lembrar os 30 dinheiros por que Judas vendeu Cristo. É traição ao ideal, miséria da integridade humana, o cérebro caído na boca do estômago.

As cartas fotocopiadas de João Ilharco são as radiografias do cancro maligno que roi as vísceras de «Fátima Desmascarada». Portanto, também aqui não haverá mais discussão.

— • —

Estas terceiras alegações de João Ilharco, com 28 páginas altas e largas, divididas em 12 partes, entraram-me na redacção como mastodôntico camião «TIR». Que é isto?

O «Correio de Coimbra», nem pelo formato, nem pelo critério que segue, nem pelo estreito cubículo onde os seus redactores se acotovelam, permite a mínima semelhança com qualquer espécie de armazém com mercadorias repetidas.

Feita a leitura, eliminei o que trazia endereço errado — coisas talvez interessantes mas que não aceito por não dizerem directamente respeito às 3 acusações que formulei.

Eliminei por isso a 1.ª parte, por que falava de

dois dislates: — «a Virgem não podia designar-se a si mesmo por Nossa Senhora»; — «Lúcia confessa que tem dúvidas».

Isto não é comigo: nem acusei, nem tão pouco João Ilharco aceitaria de mim esclarecimentos — não se apoderou ele da verdade histórica?

Eliminei a 2.ª parte, porque exprime a «verdade axiomática» de que, sendo Deus onisciente e onipotente, a obra saída das suas mãos terá que ser, forçosamente, perfeita e definitiva, donde se concluirá a impossibilidade dos milagres e das aparições. Ainda anda nisto este homem!...

São problemas do seu espírito. Mas o que para ele é axiomático, para mim não é. Culturas diferentes...

Eliminei a 3.ª parte, porque narra a historieta dum «cepo»: «É indispensável esclarecer que, na Cova da Iria, poucos anos antes de 1917, tinham cortado uma azinheira, que ficou com um cepo de cerca de dois palmos de altura. Esse cepo cobriu-se de rebentões, que em dois ou três anos cercaram o cepo de ramos frondosos. Desbastados alguns do lado conveniente, por forma a tornar a imagem da Virgem visível, alguém se escondeu por detrás dos outros ramos e da imagem, e que depois, numa voz muito fininha (no dizer de Lúcia) lhes falou.» Esta do cepo com seus «reben-tões», e estatueta no meio e voz fininha — é mesmo de «arrebentar» de riso. Não aparece na «Fátima Desmascarada». Fruto, certamente, de porfiado labor histórico! Provas? Ninguém peça provas a João Ilharco: «Vejam os elucidativos e consistentes indícios que servem de sólida base a esta conclusão.» Ninguém se alumia com esta cera. E eu a gastar o meu rico tempo...

Eliminei a 4.ª parte, porque pretende demonstrar com a sua habitual lógica, que «nas restantes aparições, por se juntar povo, ... os encenadores da primeira aparição ficaram impossibilitados de usar a mesma mise-en-scène». Adiante, porque não sou professor de lógica contratado por João Ilharco, e a sua obsessão imaginativa matrecla que nem um espan-ta-gaios em alfobre.

Eliminei a 5.ª parte porque não passa de um convite a admirar a argúcia do autor revelada nos cap. VIII e IX do livro.

Eliminei a 6.ª parte, porque se enfronta na «Jacinta», do Cônego Galamba de Oliveira, a quem João Ilharco escreveu as célebres cartas. Ora quem se carteia melhor se entende. Avenham-se lá, que a minha missão não é essa. Ou o

«encontro» pedido não visava esclarecimentos?

Eliminei a 7.ª parte porque reúne uns tantos conselhos que não estou disposto a receber: «O sr. Cônego Urbano Duarte, por exemplo, se desejasse fazer uma crítica objectiva ao meu livro, poderia pronunciar-se sobre os seguintes pontos». 13 pontos me indica.

Fiz a crítica que entendi como fundamental.

Deixar-me conduzir, a gosto alheio, não me está a feio. Creio mais importante não perdermos de vista as balizas em que me situei: as três acusações.

Repare-se na inconsciência histórica de João Ilharco patente no final da 7.ª parte: «O sr. Cônego Urbano Duarte chama-me caluniador por eu manifestar a opinião de que o milagre de Fátima foi obra do pároco de Fátima e do P. Faustino Jacinto Ferreira. Não apresento provas, mas fortes e convincentes indícios.»

Reconhece que não apresenta provas — estou satisfeito. Mas o sr. João Ilharco assumiu a responsabilidade — que nenhum historiador honesto, fiel à verdade, seria capaz de assumir — de imputar a dois homens (não importa que tenham morrido, porque teriam agido como membros qualificados da Igreja) uma impostura grave! Os indícios brotam dos seus preconceitos, e não da força dos factos a provar factos.

Continuemos a transcrição: «A respeito do Bispo de Leiria (quando emprego esta expressão refiro-me a D. José Alves Correia da Silva) não digo que ele tivesse tomado parte directa na peça representada na Cova da Iria em 13 de Maio de 1917. Digo, simplesmente, que era possível que ele estivesse no segredo do plano.»

«Não digo...» Agora não diz, mas em «Fátima Desmascarada», disse-o, sem reserva alguma. E mesmo agora, diz «que era possível».

Por outras palavras: aos seus leitores aponta nesse sentido, em movimento suasório — culpa sem provas. Aceitaria João Ilharco ser objecto de idêntico movimento suasório, sem provas, em sectores melindrosos que jogam com a honradez?

«Mas que pensar do Bispo de Leiria e dos altos dignitários da Igreja em Portugal que aprovaram a colossal ficção da Nova História de Fátima?»

Diante desses factos o sr. Cônego Urbano Duarte é ce-go de gota serena!

Os lobos não se comem uns aos outros.»

Se os Bispos de Portugal consentissem que uma ficção qualquer, mesmo sem ser colossal, mas que eles sa-

(Continua na pág. 10)

FÁTIMA DESMASCARADA

TERCEIRAS ALEGAÇÕES DE JOÃO ILHARCO

(Continuado da pág. 3)

das cartas enviadas ao cônego Galamba e como autor do livro que estudava o sobrenatural de Fátima.

E veio o sr. cônego Urbano Duarte para a praça, com música e foguetes, festejar a sensacional descoberta! Como vê, não fez descoberta nenhuma.

Mas retomemos o fio da narração:

Poucos dias depois da minha conversa com o sr. Padre Varanda, este sacerdote avisou-me pelo telefone de que o cônego Galamba de Oliveira se encontrava em Coimbra e que, por meio doutro telefonema, combinaríamos a hora e o lugar do nosso encontro.

Desconheço as razões por que o meu encontro com o cônego Galamba de Oliveira se não realizou, nem nunca pretendi averiguá-las. O que fica de pé é este facto: por incumbência do actual Bispo de Leiria, o cônego Galamba de Oliveira veio daquela cidade a Coimbra para conversar comigo. Insisto preemp-toriamente num ponto: ao sr. Padre José Varanda não falei na venda do meu livro. Lembro-me de que, quando os meus filhos eram rapazes, lhes dediquei uma série de sonetos a que dei o título de «Evangelho para meus Filhos», e que uma quadra dizia assim:

Fazei, filhinhos, da Verdade a estrela
Que da existência vos indique o norte.
Não maldigais na hora extrema a sorte,
Se um dia houverdes de morrer por ela!

Conscientemente — rressalvo a hipótese de ter sido induzido em erro por pessoa em quem confiava — nunca usei a mentira nem para me defender, nem para atacar.

Os meses foram decorrendo, certas nuvens foram-se dissipando, e na Assembleia Nacional começaram a ser discutidas as leis sobre a liberdade de imprensa e liberdade religiosa. As garantias das liberdades individuais principiavam a tornar-se efectivas, mas subsistia um problema: a toda poderosa Igreja deixaria circular o meu livro, se fosse editado?

La arriscar na edição de 2.500 exemplares cerca de 40 contos e eu não podia atirar essa importância, levianamente, pela porta fora. Qual as disposições da Igreja em relação ao meu livro? Tentei obter a resposta a esta pergunta lançando «um balão de ensaio», que consistiu em propor a um alto dignitário da Igreja a venda de «Fátima Desmascarada».

E então, como já estava aposentado e tinhamos tres-passado o externato, sem

qualquer receio assinei a carta com o meu nome completo e indiquei a minha morada.

A resposta, negativa, foi dada com a maior delicadeza — e eu pensei que, embora sem garantias de que o livro fosse autorizado a circular, poderia, com um pouco de optimismo, admitir a hipótese de que a Igreja não viria, de espada desembainhada, degolar o recém-nascido: o meu livro saído do prelo.

Eu tinha, durante vinte anos, estudado o sobrenatural de Fátima e chegara à conclusão — confirmada por algumas opiniões autorizadas — de que alcançara fazer luz em muitos pontos da sua história, que se conservavam obscuros.

A minha vontade acabou por vencer algumas hesitações, e resolvi publicar o meu livro, produto duma investigação e dum estudo, que sempre se orientaram pela lógica, pela verdade e pela honestidade. O investigador ama a sua obra e deseja dá-la a conhecer e não aceita aliená-la ou silenciá-la.

No mês de Julho deste ano foi publicada a primeira edição de «Fátima Desmascarada», e os seus 2.500 exemplares foram postos a bom recato. Era de esperar que aqueles que se considerassem lesados com a publicação do meu livro se empenhassem em conseguir a proibição da sua venda.

Entretanto, no fim de Julho, sofri um acidente de certa gravidade, que exigiu uma intervenção cirúrgica. Das consequências do acidente ainda não me encontro completamente restabelecido.

Como se poderia descobrir a reacção das altas esferas de Fátima ao aparecimento do meu livro? Pensei que o envio de três exemplares desse livro ao actual Bispo de Leiria me daria a resposta ao que eu desejava saber. A meu pedido, meu filho Jorge, hoje inspector do notariado, remeteu para Leiria três exemplares do livro, acompanhados duma carta. Esta diligência surtiu efeitos que não nos surpreenderam: poucos dias depois a polícia entrou na tipografia onde a minha obra fora impressa e notificou o proprietário de que, até nova ordem, o meu livro não podia ser posto à venda e que nem sequer poderiam ser enviados os exemplares que a lei determina que sejam entregues ao depósito legal. Seguidamente a polícia veio a minha casa para me comunicar o mesmo que tinha dito referente à proibição provisória da venda do livro e para saber onde paravam os 2.500 exemplares. Como os agentes foram muito correctos, disse-lhes, a sorrir, que era preciso que me

(Continua na pág. 11)

COMENTÁRIOS A ESTAS NOVAS ALEGAÇÕES

(Continuado da pág. 3)

biã ser ficção, fosse apresentada aos crentes como expressão da Fé, certamente que neste ponto deixariam de ser os anunciadores autênticos da Boa Nova.

Porém, quem demonstrou que estamos diante de uma colossal ficção? João Ilharco, com a sua «Fátima Desmascarada»?

Quem se torna em vergonha da cultura portuguesa, por sua falta de espírito científico e lógico — e até pelo pouco amor à verdade! — nunca poderá envergonhar a Igreja em Portugal. Como se um mosquito a doudejar num «para-brise» obrigasse um comboio a descarrilar!

«Os lobos não se comem uns aos outros»... Arre que é necessário respirar ódio à farta para que a simples ideia de clero logo associe a visão dos lobos.

Elimino a 8.^a parte: João Ilharco compara-se a Lúcia: «Ela é uma santa, e mente; eu sou um pecador, e não minto». Nem Lúcia é santa, mas alguém que querera ser santa, apesar de pecadora. Nem João Ilharco será só pecador, porque também ele sentirá o atractivo do Bem.

Para lá de tudo, e após estes meus encontros jornalísticos com João Ilharco, fico com uma certeza: ao autor de «Fátima Desmascarada» encontrei-o eu em mentira; quanto a Lúcia, não posso garantir que tenha mentido alguma vez. Quando é que um testemunho de pormenores diferentes corresponde a uma mentira? Para João Ilharco estas minúcias nada significam.

Elimino a 9.^a parte que historia as relações pessoais do meu opositor com Tomás da Fonseca.

Elimino a 10.^a parte a pôr em relevo «o certificado de autenticidade histórica passado pela Provincial das Doroteias às declarações de Lúcia consignadas por Antero de Figueiredo».

Elimino a 11.^a parte dedicada ao tema do clero português intolerante, apaixonado e odioso.

Como exemplo: a campanha do «Correio de Coimbra», e em 1935 a do «Jornal da Beira», de Viseu, de que resultou ser «o nome do sr. João Ilharco assinalado com três cruces negras».

Destas alegações, publica-se na íntegra a 12.^a parte: responde, embora com muitos e variados entremeios, à prova formada pelas cartas fotocopiadas.

Se alguém, entre os leitores, em algum momento, alimentou o mais pequeno resquício de dúvida quanto à autoria das cartas pertencer a João Ilharco, pelo facto de serem anónimas, — esse pode, com total sossego, des-

pejar um cântaro de água sobre as últimas e evanescentes faúlhas.

João Ilharco é réu confesso: são minhas — escreve por seu próprio punho. E que não podia ser doutra maneira. Aqui mostrou-se plenamente verdadeiro, como se todas as velhas energias de amor à verdade (quem as não sente no seu íntimo?) reverdessem dum jacto. Nesta confissão, faz-nos evocar um Francisco de Assis a despir de vez as vestes enganosas e mundanas. Claro que nunca os homens merecem elogios absolutos. Há sempre um «mas»... Se a mina onde João Ilharco se acoitara só tinha uma boca de saída, como proceder se não enveredar por esse único buraco aberto?

Desgraçadamente há mais «rosários» que os de Nossa Senhora de Fátima; abundam os «rosários» do mal: o mal larga filhotes às contas, e se um se suprime logo outro lhe sucede. Isto para dizer que, se João Ilharco apagou a feia acção das cartas de chantagem, sem nome nem data, por um acto de verdade, nestas suas alegações expresso sem sofismas, logo caiu num acto de insinceridade quando pretende legar-nos um falso assento de nascimento das tais cartas.

Segundo João Ilharco, elas nasceram, não do desejo de querer trocar o manuscrito do livro por centenas de contos, mas da necessidade absoluta de se livrar das perseguições e represálias da «toda poderosa Igreja»: simulando um desejo de venda, e conseguindo provas do assentimento da Igreja, ficaria com o salvo-conduto para a publicação do livro! Era a única salvação dum pobre perseguido! Haverá por aí alguém tão rilhado de sentimentos que não se compadeça dum proscrito, mesmo que se agarre à feia habilidade de uma simulação?

Olhem que ele (assim julga o autor de «Fátima Desmascarada» que nos toca o coração) não podia fazer mais nem melhor.

De facto, esta lacrimável história quase nos leva à compaixão. Contada em verso com aquele geito que João Ilharco mostra nas suas poesias, dava para um bom folheto para os cegos cantarem por feiras e romarias!...

O que, no entanto, não consegue, de modo nenhum, é reconciliar-nos com o mariola que se escondeu por detrás das cartas anónimas. A maroteira resiste aqui à compaixão...

Porque, caros leitores, tudo isto, apesar de choradinho, é uma perfeita mentira. Ele quer convencer-nos agora de que não foi chantagista mas simplesmente um maroto inofensivo e... honesto! A ele não lhe interessava o di-

nheiro. Aqueles «800 contos (nem menos um centavo!)» eram apenas uma figura de retórica ou uma liberdade poética! Como bom jacobino da velha guarda, apenas queria apanhar um bispo numa armadilha!

Tudo isto, a ser verdade, já seria uma grande tristeza. No entanto, se João Ilharco imagina que se pode safar por tal porta, engana-se, pois é muito fácil trancá-la.

E provo.

1 — João Ilharco, mesmo só pelo que deixou escrito no «Correio de Coimbra», não merece credibilidade.

Ora vejamos. Na 8.^a parte destas alegações, ele compara-se com Lúcia: «Ela é uma santa, e mente; eu sou pecador, e não minto». «Não minto» — tracem a verdade.

Mas se agora nos quer certificar de que as cartas enviadas a Leiria mais não eram que uma simulação (dizia que queria vender, mas não queria nada disso)... então ele próprio nos garante que tudo quanto nelas escreveu é uma refinadíssima mentira. Neste caso, simular é pior que mentir, porque é mentir com embuste, com manha e maldade.

Ou não será? Tal apuramento de técnicas de mentira não permite a nossa boa-fé na credibilidade do seu autor.

2 — Eu, comparando o presente texto da *confissão pública* («eu sou o autor») com o texto das três *cartas anónimas* (não deixem de relembrar os requisitos de pormenor), vejo-me obrigado a concluir que onde rememora certa humanidade, certa delicadeza de sentimentos, certo fio de sinceridade, é nas cartas anónimas, embora classificadas hoje por João Ilharco de totalmente fingidas, «simuladas». Em contraste, no texto da *acta de nascimento* com a *confissão pública*, só me deparo com medo... medo e linguagem do medo. Quase apetece exclamar: coitado do João Ilharco! Ora, a personalidade de João Ilharco, tal como ele no-la pinta noutros sítios, não é nada disto.

3 — João Ilharco, como nos conta, sofreu um acidente que o meteu de cama, em sua casa. Aí recebeu duas visitas que lhe levaram o «sintoma» das minhas três acusações. Queriam saber se a última acusação (a dos «700» contos em troca da não-publicação) tinha ou não o mínimo fundamento.

As visitas eram «o grande escritor e o professor universitário» que haviam lido o original do livro antes da publicação e que lhe reconheceram «argúcia».

(Continua na pág. 11)

« FÁTIMA DESMASCARADA »

Terceiras Alegações

de João Ilharco

(Continuado da pág. 10)

Julgasse muito ingénio para me fazerem tal pergunta. Para se descobrirem criminosos, costuma perguntar-se: a quem é que o crime aproveita?

Se a respeito da tentativa de apreensão do meu livro perguntarmos: a quem aproveitava a apreensão? A resposta acode imediatamente aos lábios de qualquer pessoa que possua probidade intelectual: à empresa que administra Fátima.

Mas o meu livro em nada transgredia as disposições consignadas na Lei da Liberdade Religiosa ou da Lei da Imprensa, e eu apressei-me a comunicar a quem de direito que se pretendia recorrer a um processo ilegal para impedir a livre circulação do livro — e a ordem homesta surgiu imediatamente, porque, felizmente para os portugueses, as leis fazem-se para ser cumpridas (presentemente, acrescenta-se).

É preciso não esquecer que o meu livro abre com um pequeno trecho dum discurso proferido pelo sr. Cardeal Patriarca em 1958, no qual afirma que os católicos não são obrigados a acreditar nas aparições, e, no Preâmbulo, faço a declaração de que o meu livro não combate a religião.

O sr. cónego Urbano Duarte já por mais duma vez me acusou de eu ter publicado «Fátima Desmascarada» por razões de ordem económica.

Mas o que se passa em Fátima? Ali arrecadam-se dezenas de milhar de contos, deixados por um povo simplório e crédulo, que foi deliberadamente levado a crer em factos que nada tiveram de reais.

Todavia, o desonesto sou eu.

JOÃO ILHARCO

Miradouro

(Continuado da 4.ª)

e simpática, confessou a sua estima pelo Miradouro, de que é protectora, e deu-me 100\$00 para os nossos protegidos. Pediu-me anonimato, mas, custava-me tanto satisfazê-la!...

Vou encimar a lista das ofertas do Natal com estas ofertas que agradeço com a maior estima.

E o sr. P. Amândio da Tocha deu-me 50\$00.

Recauchutagem
LUSA
A melhor

Comentários a estas novas Alegações

(Continuado da pág. 10)

João Ilharco só lhes referiu o envio da carta do filho. E foi o suficiente para os encher de maus pressentimentos. Das «outras cartas», nem uma alusão, ou menor indício (palavra muito do seu uso). Porquê tal silêncio? Por ventura a ideia da simulação não nasceu da sugestão do amigo motejador, com o exclusivo fim de obter o *passaporte* da edição imperturbada? Que razão haveria então para ocultar àquelas pessoas de confiança, leitores do manuscrito, a existência das cartas do grande jogo? João Ilharco não lhes foi franco e por isso lançou-os de seguida, após a leitura das fotocópias no «Correio de Coimbra», na maior desilusão. Eu, nestas coisas não invento, embora estime a fantasia.

Ora leia este trecho a mim dirigido:

«Seja como for, quero que saiba para já que estou tão indignado como o meu caro amigo com as pulhices de J. Ilharco, pois outro nome não tem aquele que, vestindo a pele de intelectual e defensor da verdade, se prontifica a sacrificar esta na ara do dinheiro. O *Silvio de Lima* e o *A. Vilaça*, com quem falei do caso — sobretudo com o primeiro, acompanham-me nestes sentimentos.»

Vai a transcrição sem fotocópia, porque não é necessária. Sabe de quem é o trecho? Do seu invocado escritor, e também meu amigo, Mário Braga. E o «professor universitário» também invocado pelo sr. João Ilharco é o Prof. Doutor *Silvio de Lima*.

Serei caluniador por classificar de espúria a «acta de nascimento» explicativa das cartas anónimas? Se eu afirmar que é filha da mentira, serei eu o mentiroso?

4 — Outra razão: Terá esquecido João Ilharco a série de subterfúgios, em gradação, com que enfrentou a minha acusação (Cor. de C. 28-X-71) de *cumulo de des-pudor*?

Nas primeiras alegações escapou-se com perguntas e com a jactância dos contactos com cinco editoriais estrangeiras para um negócio nunca inferior a 2.000 contos... Para onde terão ido as cinco, se hoje só fala numa, e em data muito diferente?

Nas segundas alegações exigiu provas. Mas nunca supôs que eu as tivesse tão «irrefutáveis». Aquele «que as publique», foi dito, no dia em que ainda eu as não possuía (era terça-feira e só as recebi no sábado às 4 da tarde).

E foi pronunciado após a entrega das alegações... «seja o que Deus quiser», diz o homem do salto mortal.

Terá esquecido ainda que o seu sonho do oiro, pelo que fica exarado tanto nas cartas como nas alegações, tomou asas de águia na Cova da Iria? De oitocentos para baixo, nem um centavo, e para cima guina para os milhares... De modo que esta ideia tornou-se conatural, inteiramente corporizada na chantagem, não fingida mas real.

5 — Ainda outra razão: O filho do sr. João Ilharco, o inspector notarial, Dr. Jorge Ilharco, a pedido do Pai, já o livro impresso, enviou três exemplares e escreveu uma carta ao sr. Bispo de Leiria, nos termos cujo resumo autenticado pelo Paço publicamos.

Só faço duas perguntas: — Como interpretar a referência aplicada ao «livro do Pai que faria muito mal», e a «diligência urgentíssima do Prelado», por ele proposta?

Segunda pergunta, a esclarecer a primeira:

— Se a atitude de João Ilharco não fosse mais que uma *simulação embusteira*, o seu filho, de formação jurídica e com responsabilidades públicas, aceitaria conscientemente colaborar nesse plano de simulação embusteira?

Não, torna-se intragável a justificação comovente da «nova» versão.

João Ilharco foi verdadeiro ao confessar que é autor das cartas, mas não foi sincero quando apela para o medo como criador do disfarce.

Para não consentir que um monte de tijolos nos corte a vista que deve incidir no conjunto da construção, deixo sem comentários vários pormenores a que João Ilharco tenta em vão agarrar-se. Sirva de xemplo a visita da polícia: como prova ele que foi a carta enviada ao sr. Bispo a causa dessa visita? Um livro a ser composto numa tipografia constituirá assunto inacessível à vigilância policial?

Novamente, o autor de «Fátima Desmascarada» joga com deduções precipitadas.

Subimos, assim, ao cimo de duas vertentes sem escolha, tão derrancado é o panorama duma ou doutra.

Uma certeza me fica: este não é o caminho — nem da verdade, nem da lisura, nem da cultura, nem o dos homens que anseiam por um mundo mais habitável.

Em todos nós teima a esperança de um dia a Verdade triunfar. Com os seus triunfos irão caindo as máscaras.

Desta vez, caiu a máscara ao autor de «Fátima Desmascarada».

URBANO DUARTE
16-Dez.-71

O S 7 DIAS

(Continuado da pág. 12)

rança a reunião deste órgão para retomar o exame do conflito indo-paquistanês. Entretanto, em Washington, um informador da Casa Branca recordou que a Assembleia Geral das Nações Unidas votou, na semana passada, por esmagadora maioria, a favor de um apelo dirigido à Índia e ao Paquistão no sentido de um cessar fogo e da retirada das tropas de cada um daqueles países do território do outro. O Paquistão aceitou o apelo das Nações Unidas, mas a Índia recusou-o.

«As forças paquistanesas não pensam capitular em Dacca» — é a posição de Islamabad. Nova Deli, entretanto, anuncia que as suas tropas continuam a avançar sobre a capital do Paquistão Oriental.

Terça-feira, 14

- Duraram mais de cinco horas as duas sessões de conversações entre Nixon e Pompidou, em Angra do Heroísmo. Na sessão da manhã, os dois presidentes abordaram os problemas internacionais (guerra indo-paquistanesa, conferência de segurança europeia e redução mútua de forças entre o Leste e o Ocidente) e, na da tarde, debateram-se sobre as questões monetárias e comerciais. No fim do dia, o chefe do Governo português, Prof. Marcelo Caetano, homenageou com um banquete os dois presidentes, tendo, num discurso proferido na ocasião, evocado o papel dos Açores nas relações com a França e os Estados Unidos e formulando votos pelo êxito das conversações.

- Segundo um jornal indiano, a batalha de Dacca já come-

Carlos Seabra

MÉDICO ESPECIALISTA

Ouvidos — Nariz — Garganta

Aux. de Clínica
de Otorrinolaringologia
da Faculdade de Medicina

Consultório:

R. da Sofia, 97-2.º - Tel. 23959
Tel. 22282 (residência)

çou. O comandante das forças paquistanesas na frente oriental, comentando as notícias sobre o avanço das tropas invasoras, informou que o Paquistão não admite a hipótese de uma rendição. A mesma posição foi, aliás, defendida por Ali Bhutte no Conselho de Segurança, novamente reunido para tentar encontrar uma solução para a crise.

Quarta-feira, 15

- A Assembleia Geral da ONU aprovou, por 79 votos contra 7 e 36 abstenções, uma moção convidando Israel a reagir favoravelmente às iniciativas de paz do mediano especial da ONU, Dr. Gunnar Jarving.

PELA IMPRENSA

«NOVIDADES»

Com um número especial de excelente colaboração e aspecto gráfico festejou mais um aniversário o diário católico *Novidades*, de que é director Monsenhor Avelino Gonçalves e chefe de redacção Monsenhor Moreira das Neves.

Assinalar este facto é um dever que muito gostosamente cumprimos, desejando ao prezado colega uma longa vida, na continuação da sua espinhosa missão, que em menor escala é também a nossa.

A todos quantos trabalham nas *Novidades* apresentamos as nossas felicitações.

TOTOBOLA

Concurso n.º 16 — 26-Dez.-71

VEJA SE ACERTA CONNOSCO

Barreirense-Atlético	1
Boavista-Leixões	1
U. Tomar-Académica	1
Tirsense-Sporting	2
Beira Mar-Farense	1
Setúbal-Porto	1
Salgueiros-Lamas	1
U. Coimbra-Riopele	1
Famalicão-Penafiel	2
Oriental-U. Leiria	2
C. Piedade-Nazarenos	1
Sesimbra-Montijo	2
Tramagal-Sacavenense	1

CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

A N Ú N C I O

A CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA faz público que no dia 28 do corrente mês de Dezembro, pelas 15 horas, nos Paços do Concelho, terá lugar nova arrematação de 2 lotes de terreno municipal, com os n.os 3 e 4, com a área de 1.254 m² cada um, situados no prolongamento da Rua Nicolau Chanterenne desta cidade.

— A base de licitação é de Esc.: 1.250\$00 por m²

As respectivas plantas e demais condições encontram-se patentes no Serviço de Obras e de Urbanização desta Câmara Municipal, onde podem ser examinadas, todos os dias úteis, durante as horas normais de expediente.

PARA CONSTAR se publica o presente e outros de igual teor.

COIMBRA e Paços do Concelho, 7 de Dezembro de 1971.

O Presidente da Câmara,
Júlio de Araújo Vieira